

“A SIMPLES NECESSIDADE DE CONTINUAR EXISTINDO”: O ACONTECER SOLIDÁRIO E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia¹
Sandra Maria Fonseca da Costa²

Resumo: Este artigo tem como objetivo estabelecer uma análise para as pequenas cidades da Amazônia, a partir do estudo das cidades de Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão, no estado do Amapá, que considere seus aspectos antropológicos e as redes de solidariedade estabelecidas pelas suas populações como variáveis necessárias na construção de políticas públicas. Para construir esse estudo, foram coletados dados por meio da aplicação de formulários aos moradores das três cidades, aprovados por Comitê de Ética, além de entrevistas com gestores públicos e a utilização de pesquisas realizadas por outros pesquisadores, sobre essas cidades. Considera-se nessa análise a aquisição de elementos da modernidade que permitam vislumbrar possibilidades por meio da concepção de território, cultura, redes sociais e urbanidade. A incompreensão desta realidade, em que indivíduos e espaço físico apresentam um movimento diferenciado, comparados à região Centro-Sul do país, contribui ainda mais para a propagação de falhas na elaboração e execução de políticas públicas estabelecidas nestes locais, tratadas como espaços opacos.

Palavras-chave: Pequenas Cidades. Amazônia. Antropogeografia. Espaços opacos.

“THE SIMPLE NEED TO CONTINUE EXISTING”: THE SOLIDARY HAPPENING AND PUBLIC POLICY CHALLENGES IN THE SMALL CITIES OF AMAZON

Abstract: This article aims to establish an analysis for small cities of the Amazonia Region, from the study of the cities of Afuá and Ponta de Pedras, in the state of Pará, and Mazagão, in the state of Amapá, which consider their anthropological aspects, the networks of solidarity established by their populations as necessary variables in the construction of public policies. This study was conducted using data collected by applying questionnaires to residents of the three cities, approved by the Ethics Committee, as well as interviews with public managers and the use of research conducted by other researchers on these cities. In this analysis, we consider the acquisition of elements of modernity that allow us to glimpse possibilities through the conception of territory, culture, social networks and urbanity. The misunderstanding of this reality, in which individuals and physical space present a differentiated movement, compared to the Center-South region of the country, that contributes even more to the propagation of failures in the elaboration and execution of public policies established in these places, treated as opaque spaces.

Keywords: Small cities; Amazonia; Anthropogeography; Opaque spaces.

¹ Universidade do Vale do Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, São José dos Campos, Brasil, milaremontoia@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8654-9875>

² Universidade do Vale do Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, São José dos Campos, Brasil, sandra@univap.br, <http://orcid.org/0000-0003-0540-228X>

“LA SIMPLE NECESIDAD DE SEGUIR EXISTIENDO”: EL SUCEDER SOLIDARIO Y LOS RETOS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN LOS PUEBLOS DE AMAZONÍA

Resumen: El objetivo de este artículo es establecer un análisis orientado a las llamadas pequeñas ciudades de Amazonas, a partir de un estudio de caso de las ciudades de Afuá y Ponta de Pedras, en el estado de Pará y Mazagão, en el estado de Amapá. En este estudio se consideraron aspectos antropológicos y las redes de solidaridad establecidas por la población de dichas ciudades como variables necesarias en la construcción de políticas públicas. Para esto, se aplicaron cuestionarios a los residentes de las tres ciudades aprobados por el Comitê de Ética. Igualmente, fueron realizadas entrevistas a funcionarios públicos y fueron utilizadas producciones de otros investigadores sobre estas ciudades. La incompreensión de esta realidad en que individuos y espacio físico presentan un movimiento diferenciado, comparados a la región centro-sur del país, contribuye aún más para la propagación de fallas en la elaboración y ejecución de políticas públicas establecidas en estos locales, tratados como espacios opacos.

Palabras clave: Pequeñas-ciudades; Amazonas; Antropogeografía; espacios opacos.

Introdução

Mais de 70% das cidades da Amazônia são pequenas em número populacional e em área urbana, possuem vida comercial amparada fortemente no circuito inferior da economia, e o emprego formal predominante no setor público e transitando entre atividades laborais primárias e terciárias, na busca de geração de renda (SANTOS, 2008; COSTA et al, 2012; MONTAIA, 2018).

Muitas delas foram estabelecidas como protourbes no período da borracha (BECKER, 2013). Cristalizaram-se e transformaram-se por dinâmicas urbanas e incorporações de realidades que se tornaram superpostas, como projetos agrominerais do período militar, a condição de local de preservação sustentável, desde a Conferência Rio 92, e a “dura vida” que é outra vida sempre existente nestes locais, independente da visão externa que se estabelece sobre esta Região (PRESSLER, 2010).

Dessa maneira, há um consenso entre autores, que afirmam uma dinâmica nestas cidades marcada por peculiaridades, que devem ser consideradas dentro do contexto de desenvolvimento regional, inclusive, na compreensão de que é necessário um modelo cívico que respeite seus aspectos culturais, suas relações sociais e sua identidade (NUNES, 2008; OLIVEIRA, 2006; 2016; TRINDADE JR. 2011; 2013; TRINDADE JR., SILVA E AMARAL, 2008; SCHOR, 2014; MONTAIA E COSTA, 2019).

Na realidade das pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas, ribeirinhas por natureza, suas singularidades também não são consideradas pelas políticas públicas, tornando-as invisíveis às deliberações do governo federal. Nessas pequenas cidades fortalecem-se as redes de solidariedade que podem possibilitar a construção de um novo modelo cívico.

É uma singularidade tal, que os pesquisadores parecem mais sentir do que descrever e conceituar, pois, quando se está no barco e chegando à orla destas cidades, se tem a impressão de existir algo que só pertence àquele lugar, expresso no ambiente construído e na movimentação das pessoas. Os detalhes parecem invisíveis, por isso caem no sentido da intuição, pois muitos pesquisadores carregam os sentidos de uma outra realidade ao entrar nestas cidades.

Não obstante, encontram-se similitudes entre essas cidades, uma vez que compõem uma mesma nacionalidade: o idioma, gostos e hábitos comuns e uma lógica política e econômica, que, apesar de menor ou maior intensidade, perpassa por todos os lugares. Entretanto, a peculiaridade destas cidades torna-se evidente a cada leitura, análise de dados e pesquisa de campo realizada.

Considerando esses aspectos, este artigo tem como objetivo estabelecer uma análise para as pequenas cidades da Amazônia, a partir do estudo das cidades de Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão, no estado do Amapá, todas localizadas no Delta do Rio Amazonas, que considere seus aspectos antropológicos, as redes de solidariedade estabelecidas pelas suas populações como variáveis necessárias na construção de políticas públicas. Não é um olhar etnocêntrico que justifica a pobreza, ou que o ambiente construído de aspecto caótico seja típico destes lugares, também não é uma antropologia da demarcação das diferenças em que povos ficam subordinados a grupos e costumes superiores, mas parte de uma variedade de cultura, não graus (SAHLINS, 1997a, p. 46).

É o desafio de compreender esta realidade a partir de um olhar entre a Geografia e a Antropologia, que busca compreender sua alteridade socioespacial, a fim de apontar que a elaboração e execução de políticas públicas e programas de governo não podem negar esta realidade. Deve-se buscar um modelo cívico que perceba as pequenas cidades como locais de possibilidades, uma região vernacular e que, ao mesmo tempo, amplie a noção de cidadania para os povos desta floresta urbana, como foi ressaltado por Becker (2013).

Para desenvolver esse estudo, foram realizadas pesquisas de campo entre os anos de 2009 a 2018, durante os quais foram aplicados formulários aos moradores

urbanos de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão, para levantar dados das redes sociais e do perfil socioeconômico dos entrevistados; também foram realizadas entrevistas com agentes públicos, procedimentos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba, processos nº 0 H37/CEP2010, nº 17300213.9.0000.5503 e nº 69815317.8.0000.5503. Alguns resultados apresentados também são parte da tese “As Escalas Decisórias Das Políticas Públicas E Dos Programas De Investimento E A Repercussão No Local: Um Estudo Das Pequenas Cidades Do Delta Do Rio Amazonas” (MONTAIA, 2018) e de estudos de Lima (2017).

O Particular das Pequenas Cidades: Aspectos Conceituais

As pequenas cidades do Delta do rio Amazonas possuem suas singularidades. Para Fresca (1990, p.3), que estudou duas pequenas cidades do Oeste Paulista, devemos levar em consideração aspectos singulares destes locais, que é algo que não se repete como objeto e o geral, que se fundem no particular.

Em outras palavras, o particular é a junção de aspectos gerais e singulares. Aponta-se aqui que o singular são estes lugares, que são vernaculares, pois se trata do “conhecimento que esses grupos humanos detêm do ambiente onde vivem” (GOMES, 2017, p. 19). Ou, conforme Santos (2014a, p. 104, 105), o particular é o interno.

O lugar é, pois, dotado de variáveis internas e externas e a hibridização destes fatores é que cria a sua existência. O interno, isto é, o particular, não subsiste sozinho e como tal, não explica todas as relações. Contudo, nem o externo, quer dizer, o geral, é autoexplicável, uma vez que é necessário ser internalizado para fazer sentido a sua própria existência, pois “nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la”, ainda que estas condições sejam contraditórias e cheias de iniquidades sociais. A imbricação destes dois fatores, o interno e o externo, não é, necessariamente, harmônica, e, por isso, se faz necessário reconhecer as suas camadas, por mais sedimentadas que estejam.

Nunes (2008, p. 49) apresenta características que podem ser consideradas aspectos gerais e singulares das cidades ribeirinhas: primeiro, a formação de sua rede urbana guarda semelhança com a formação em outras regiões do país. Na região da Amazônia existe concentração urbana em poucos lugares e pulverização em cidades médias e, principalmente pequenas, como ocorre em outros lugares do

país, guardadas as devidas proporções. Entretanto, segundo o autor, o modelo social não é equivalente, material e simbolicamente, a um modelo hegemônico, pois “a pujança das reservas naturais e a enorme disponibilidade de terras aliadas à baixa densidade populacional produzem ambientes sociais peculiares” (NUNES, 2008, p. 54).

Castro (2008, p. 16) afirmou que a urbanização nestas cidades da floresta expressa outras características históricas, nem sempre contempladas pela pesquisa, como a questão indígena, a cultura e a língua, a vida em comunidades com demandas urbanas, e parte da população que vive nas cidades e mantém trabalhos decorrentes de uso da floresta.

Cruz (2008) faz uma crítica àqueles que não percebem que o modo de vida ribeirinho é um ethos, e suas temporalidades e racionalidades econômicas denotam sua identidade, mas são vistos, muitas vezes, como resíduos, algo anacrônico, como se fosse um desvio do modo capitalista/urbano/industrial. Mas é certo que novos discursos identitários têm apontado a valorização e politização das culturas, dos modos de vida, das memórias e territorialidades destes povos, baseadas em uma ética de outridade.

É o que foi denominado de ribeirurbano (MONTAIA & COSTA 2019), homem e espaço, que considera a dinâmica de vida entre a cidade e a floresta, nas relações econômicas e sociais, no tempo da acessibilidade condicionado pela força das marés, na administração da vida local, antes e depois do sol do meio-dia e das chuvas equatoriais constantes. Uma conquista laboral do saber-viver, entre natureza e sociedade, entre elementos globais e vida local, nas casas longitudinais à margem dos rios, no modo de vida urbano/rio/floresta, denotando a peculiaridade destas localidades.

Não se nega que existe uma ordem espacial das coisas, pessoas e fenômenos, que faz parte de um sistema de lugares. Entretanto, existe a presença de uma relação situacional que tem sentido com a posição que está ao seu torno e ao contexto inserido (GOMES, 2017). As cidades ribeirinhas encaixam-se no contexto de sua formação, desde as drogas do sertão à economia da borracha, como locais de exploração e abandono social dos grupos humanos que habitavam ali. Como apontado, sofrem relações políticas que não produzem sentido com o lugar, por isso que, entre o particular e o geral, cria-se uma visibilidade apenas de região de pobreza.

Ainda que seja uma dura vida (OLIVEIRA, 2016), não podemos inibir o papel de protagonista quando as pessoas são “obrigadas a inventar a sua própria existência”. O “fazer a cidade” está expresso nas relações sociais, isto é, nas diferentes formas de sociabilidade além das relações heterônomas existentes, que é aquela que consideramos apenas com a presença do poder público, em qualquer esfera (AGIER, 2011).

Ainda existem suas implicações situacionais, que se trata do encadeamento de situações de interações que existem de acordo com o lugar, com as atividades, os horários, as pessoas, suas combinações e compartilhamentos, o que justifica este movimento entre o rural e o urbano e a hibridização deles no mesmo lugar (AGIER, 2011). Estes encadeamentos, dominantes ou consensuais, referem-se a situações da vida, familiares, religiosas, clientelistas, políticas, entre outras.

Singularidades das Pequenas Cidades do Delta

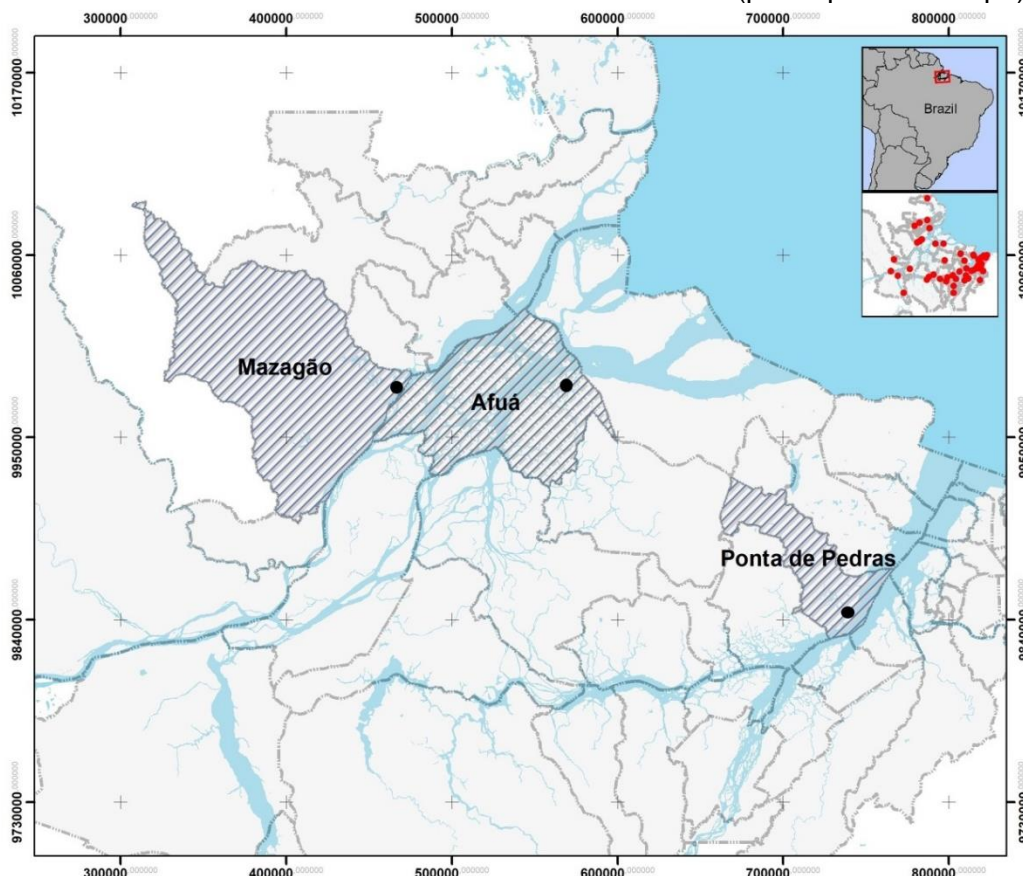
O Delta do rio Amazonas é caracterizado como uma região ambientalmente frágil, onde predominam as cidades ribeirinhas. Os residentes dessas cidades estabelecem uma relação intrínseca com os recursos da floresta e dos rios, fazendo dessa relação a fonte de renda para muitas famílias, assim como a principal economia das cidades. As cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão, localizadas no Delta (figura 1), mantêm essa relação desde seus surgimentos.

A cidade de Afuá, PA, localiza-se na porção norte da Ilha de Marajó. Chega-se ao seu centro urbano através de um porto em Macapá, percorrendo um trajeto de duas horas de barco. Ao atracar no trapiche, os habitantes estão aguardando seus parentes, os bicitaxistas locais à busca de turistas e a movimentada orla da cidade pulsando vida em seus comércios, em sua Igreja Matriz e eventos locais. Com 27% de população urbana, em um total municipal de 37.778 habitantes (IBGE, 2018), Afuá é uma cidade sobre estivas. Possui casas e ruas de palafitas. Construída sobre uma várzea, toda a cidade está elevada sobre estas estacas de madeira. O código de condutas da cidade proíbe o uso de transporte como carros e motocicletas (Lei Municipal nº 201/2002 GAB/PMA, Art. 82).

A cidade de Ponta de Pedras, PA, localiza-se ao sul da Ilha de Marajó. Em, aproximadamente, três horas, é possível chegar à cidade de barco, com embarque em Belém. Ao descer no trapiche da cidade, percebe-se logo a sua extensão em direção à praça e, mais uma quadra adiante, à principal avenida da cidade, onde se localizam as edificações dos poderes públicos locais. Nesse conjunto, com 48% de

população urbana, de 29.700 habitantes (IBGE, 2018), é possível perceber um palco de shows, hotel, lan house, salão de festas, mercado municipal, loja de roupas e eletrônicos, supermercados, residências e a Igreja Matriz, formando o espaço vivido dessa pequena cidade.

Figura 01 – Localização dos municípios de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão, no Delta do rio Amazonas e de suas sedes administrativas (ponto preto no mapa).



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2019).

Mazagão, cidade do estado do Amapá, é uma cidade com permanências ribeirinhas, que agora possui ligação com as cidades da Região Metropolitana de Macapá (Macapá, Santana e Mazagão), por meio de uma rodovia, após a construção da ponte Washington Elias dos Santos, sobre o rio Vila Nova. É uma pequena cidade, entretanto com uma forma dispersa. A cidade de Mazagão possui ruas e avenidas largas e longas, com calçadas nem sempre cimentadas e poucas árvores pelo caminho das avenidas. Sua paisagem dá a impressão de vazio: casas e comércios concentrados mais na avenida central e próximos à orla, sendo mais distantes das casas que estão nas ruas ao entorno. São casas distantes uma das outras; as ruas com asfalto, recentemente, implantado, havendo pouca circulação de pessoas e carros. Possui 49% de população urbana de 19.981 habitantes (IBGE, 2018).

Ainda que seja de caráter descritivo, baseado em observações e levantamentos de dados em trabalhos de campo, percebemos as relações ordinárias presentes em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão: as relações regulares com o espaço, como o cotidiano das embarcações, que indicam a entrada e a saída da cidade, na busca de recursos para a família e para o comércio. Tais relações se evidenciam também na possível presença de turistas que movimentam os serviços na localidade: aguardam na entrada de Ponta de Pedras e Afuá aqueles que indicam pousadas, assim como se fazem presentes os mototáxis, em Ponta de Pedras, e os bicitáxis, em Afuá (figura 2).

Figura 02 – Rio, Trapich e Embarcações: Entradas e Saídas das cidades de Mazagão (a), Afuá (b) e Ponta de Pedras (c)



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades, 2015 e 2018

Mazagão, cidade do estado do Amapá, é uma cidade com permanências ribeirinhas, que agora possui ligação com as cidades da Região Metropolitana de Macapá (Macapá, Santana e Mazagão), por meio de uma rodovia, após a construção da ponte Washington Elias dos Santos, sobre o rio Vila Nova. É uma pequena cidade, entretanto com uma forma dispersa. A cidade de Mazagão possui ruas e avenidas largas e longas, com calçadas nem sempre cimentadas e poucas árvores pelo caminho das avenidas. Sua paisagem dá a impressão de vazio: casas e comércios concentrados mais na avenida central e próximos à orla, sendo mais distantes das casas que estão nas ruas ao entorno. São casas distantes uma das outras; as ruas com asfalto, recentemente, implantado, havendo pouca circulação de pessoas e carros. Possui 49% de população urbana de 19.981 habitantes (IBGE, 2018).

Ainda que seja de caráter descritivo, baseado em observações e levantamentos de dados em trabalhos de campo, percebemos as relações ordinárias presentes em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão: as relações regulares com o espaço, como o cotidiano das embarcações, que indicam a entrada e a saída da cidade, na busca de recursos para a família e para o comércio. Tais relações se evidenciam também na possível presença de turistas que movimentam os serviços na localidade: aguardam na entrada de Ponta de Pedras e Afuá aqueles que indicam pousadas, assim como se fazem presentes os mototáxis, em Ponta de Pedras, e os bicitáxis, em Afuá (figura 2).

Na cidade de Mazagão, a presença da rodovia marca um novo fluxo para a cidade; estas relações ordinárias tornaram-se vazias, mas, ainda nas margens do rio Furo Mazagão, é aguardada a chegada do ribeirinho do interior, com seu pescado, seu açaí e outras culturas, que marcam um meio de subsistência. O movimento de entrada e saída da cidade é uma relação espacial duradoura, que indica, de maneira significativa, a intensidade do movimento naquela época, pois redes de trabalho são estabelecidas com o produto que abastece o comércio ou com o turista que chega para conhecer o lugar.

Situações extraordinárias, fortuitas, que alteram o curso da vida nessas cidades geralmente estão ligadas a inaugurações públicas, que são marcadas com a presença do governador, do senador ou deputados estaduais e federais, como na inauguração da rede de transmissão de energia, em Ponta de Pedras, que contou a com a presença destas personalidades e se tornou o “evento” da cidade. Em julho de 2012, foi presenciada a inauguração, em Santana do Arari, da central de energia movida a óleo. A prefeitura usou uma embarcação própria para levar os moradores da cidade para a inauguração, que contou com uma festividade, discursos políticos e muita música. Com saída aproximadamente às 15 horas, do porto principal da cidade, a embarcação retornou em ritmo de festa, no outro dia, de madrugada, em torno de uma hora da manhã. Naquele dia, a cidade ficou em silêncio, enquanto ocorria a inauguração na comunidade rural, a uma distância de duas horas de barco.

Várias situações que se estabelecem como rituais estão presentes nestas cidades. Ponta de Pedras, uma cidade cuja igreja matriz está localizada no meio do centro urbano, com a presença da diocese, é marcada pelo catolicismo e a religiosidade do Círio de Nazaré, uma procissão que ocorre, em muitas cidades da Região Norte, celebrada desde o século XVIII, com uma mistura de elementos indígenas e do catolicismo romano, na Santa de Nazaré. Em paralelo, a presença de

igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais é marcante nestas três cidades, sendo que a Assembleia de Deus, fundada em 1911, na cidade de Belém, marca o início do chamado movimento pentecostal no Brasil, que se caracteriza pela crença em dons carismáticos. Envolvimento político, construções de templos e eventos religiosos revelam a presença da religiosidade neopentecostal.

Em Afuá, a rádio local, transmitida por meio de alto-falantes localizados nos postes da cidade, emite músicas cristãs e o horário das missas, além do monumento da Bíblia, presente no centro da cidade. Em Mazagão, a festa de São Tiago, no distrito de Mazagão Velho, é um antigo calendário que divide a vida na cidade em antes e depois da realização da festa, das manifestações religiosas e de presença de políticos. Esta ordem estabelece uma relação de identidade coletiva, proximidade entre as pessoas, e torna publicitária a imagem da cidade de dentro para fora, como o festival do Camarão em Afuá.

Estes aspectos tornam as realidades distintas, pois são relações que ganham valor para e por meio das pessoas, talvez despercebido por uma análise de estrutura econômica. Ainda que estas realidades pareçam periféricas, elas denotam “cidadinidade”: “as relações dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial” (AGIER, 2011, p. 91, 92). A cidadinidade implica, de acordo com o interesse dos atores com as relações situacionais, apesar de darem menos atenção, ou estabelecer, suas preferências sem consciência. Assim, existem aqueles que constroem sua identidade na cidade pelo seu caráter de “pequena”, onde é possível conhecer a todos, outros pela sua religiosidade, outros pelas festas.

As Redes de Solidariedade

Outro aspecto a considerar são as redes sociais. Elas tomam o sentido da “articulação das situações na vida dos cidadãos, que permite reconstituir a coerência das redes em diferentes ocorrências da vida urbana” (AGIER, 2011, p. 78).

Passo a passo, o espaço urbano pode ser representado como um conjunto articulado (rede total) e os meios sociais urbanos podem ser estudados como sistemas solidários (AGIER, 2011, p. 79).

Agier (2011), ao estabelecer a ideia de redes, exemplificou máfias, gangues ou, até mesmo, sistemas de corrupção. Mas o fato é que são relações que podem ser entre parentes ou grupos sociais, entre vizinhos, que têm como principal critério a cooperação, relações essas em que circula um “conjunto de valores, ideias e normas que permitem seu funcionamento”.

Isso foi apresentado por Wagley (1957, p. 55), ao estudar Gurupá/PA:

Conquanto os laços de família frequentemente constituam fator importante para determinar a moradia das pessoas de um bairro e para assegurar a assistência recíproca entre os habitantes, tais bairros não são grupos de família, como não são grupos sociais de clã.

Não apenas a assistência social entre familiares, mas também um trabalho cooperativo em épocas de plantação ou colheita, formado por grupos de amigos, constitui exemplo dessa forma de relação.

De acordo com dados coletados em 2010, por meio da aplicação de formulários a 300 domicílios urbanos (10% do total, segundo o IBGE, 2010), observou-se que em Ponta de Pedras há uma rede social dentro do próprio município, sendo que 77% dos entrevistados afirmaram possuir parentes residentes nas comunidades rurais. Diante desta realidade de rede social, constatou-se que 80% dos entrevistados mantêm algum tipo de comércio com os parentes do interior, sendo que muitas dessas relações vinculam-se à produção ou ao comércio do açaí.

Formulários aplicados na cidade de Afuá, em 2018, para 311 domicílios urbanos (12% do total, de acordo com o IBGE, 2010), permitiram perceber que 80% dessas famílias possuem parentes morando em comunidades ribeirinhas do interior do município, ou de outros municípios. Dessas famílias, 23% afirmaram enviar recursos para seus parentes, predominando o envio de mantimentos (69%), e 22% recebem recursos de seus familiares residentes no interior, sendo que 84% desses recursos são alimentos. A relação comercial com esses familiares é praticamente inexistente. Muitas afirmaram que essa troca de mantimentos os ajuda com a alimentação do mês.

Em 2018, foram aplicados formulários a 255 domicílios urbanos da cidade de Mazagão (10% do total, segundo o IBGE, 2010). Segundo esses dados, 63% das famílias possuem parentes residindo em comunidades rurais, no interior do município ou de outros municípios próximos. Entre esses entrevistados que possuem parentes no interior, 35% enviam recursos, prevalecendo o envio de mantimentos e roupas (75%); e 38% recebem recursos de seus familiares, sendo que 89% recebem mantimentos.

A ausência de atendimento ou de serviços na área da saúde faz com que 41% dos entrevistados, em Ponta de Pedras, estabeleçam movimento pendular para a cidade de Belém, mensalmente, e 40% raramente, sem uma periodicidade estabelecida, para receber atendimento médico ou para tratamento da saúde

associada a outros motivos. Em Afuá, 33% das famílias entrevistadas afirmaram receber seus parentes para consultas médicas, com frequência mensal. Em Mazagão, essa assistência acontece para 25% das famílias entrevistadas, com frequência igualmente mensal.

Estas relações marcam ainda o elo para a execução de atividades como meio de aquisição de recursos financeiros, pois,

As relações são intensas, entretanto, não para receber ou enviar recursos financeiros. São relações importantes para a manutenção de suas conexões com a produção do açaí, sendo essas mais frequentes durante o período de safra do produto. Assim, os laços existentes propiciam aos moradores urbanos manter suas referências familiares e, ao mesmo tempo, estabelecer relações comerciais, que propiciem melhoria de renda familiar (COSTA *et al*, 2012, p.69).

Estas redes sociais indicam que “se as pessoas chegam a viver juntas, vinte ou trinta anos, em meio de pobreza, é porque têm recursos” (AGIER, 2011, p. 55). Não se trata de conformismo com realidades limitadas na aquisição de recursos para sobreviver, mas sim, em reconhecer seu caráter autônomo na construção de sua própria vida, ainda que o Estado seja ausente em suas necessidades. Por meio de laços familiares, de vizinhança/comunitários e até políticos, ainda que iníquos, são interações reais da ordem social presente.

Nunes (2008, p. 46) aponta que isso é um fenômeno a considerar na análise da cidade, que ultrapassa a dinâmica de mercado, que são os suportes “não mercantis para favorecer a lógica mercantil”, pois o acesso nem sempre é regulado pela moeda. A chamada renda não monetária, é a busca de recursos por meio de trocas e por meio de relações sociais que demonstram uma solidariedade social.

É o “acontecer solidário”, nas palavras de Milton Santos (2014b, p. 158), não necessariamente com conotação emocional, mas para a realização de tarefas comuns. Como se verifica em agente público entrevistado em Afuá, em julho de 2017:

A gente diz que Afuá parece uma grande família porque você consegue ter um contato mais próximo com seus vizinhos por conta das ruas serem estreitas, aqui você tem contato com todo mundo direto, por isso que o prefeito não consegue se esconder de ninguém e é facilmente abordado por alguém e consegue falar com todos.

“Ser uma grande família” implica em proximidade espacial que a própria tipologia urbana proporciona, o que equivale a conhecer realidades de necessidade, como podemos perceber, inclusive, em atividades de obras sociais, que proporcionam reforço escolar, alimento e ajuda aos familiares, tanto em cesta

básica, quanto em orientação das mais diversas para os pais das crianças atendidas. Aliás, por meio dos entrevistados, e nestes anos de trabalho de campo, percebemos a ligação que a população tem com sua origem. Muitos vão estudar na capital (Belém ou Macapá, por exemplo) e retornam com o sentimento de retribuir para os seus concidadãos.

Eu ajudei aproximadamente 90 famílias em Breves a construir ou reformar em casa de madeira. Distribuía brinquedos para crianças carentes, brindes no dia das crianças e no natal. Dava ele cestas básicas para famílias e não era candidato a nada. Às vezes é tipo assim [...] vou deixar para almoçar em casa, vou almoçar umas 3 horas e vou ficar com fome, mas essa fome que a gente sabe que vai chegar em casa e vai almoçar [...] eu já senti aquela fome de não ter o que comer em casa, então quando uma pessoa chega para mim e fala que está com fome que os filhos estão com fome eu sei como é essa fome (ENTREVISTA REALIZADA AGENTE DA AMAM, EM JANEIRO DE 2018).

Por fim, a participação do todo familiar é relevante, uma vez que vários rendimentos são agregados nas famílias, conforme constatou Lima (2017, p. 129), que, em Ponta de Pedras, as atividades informais na busca de complementação de renda, apontam um dos “sentidos de sua própria existência” (AGIER, 2011, p. 55), da mesma maneira, observou-se a presença de atividades não urbanas, pois a venda do açaí é feita por 62% dos moradores rurais, em Belém (gráfico 1), devido ao valor pago, enquanto que a venda em Ponta de Pedras é realizada por 19%.

Esta sociedade ribeirurbana (MONTAIA e COSTA, 2019) é mantenedora de sua própria existência, cooperativa no trabalho, rururbana nos meios de sobrevivência e se apropria da modernidade de outra maneira. Esta abordagem, que procura buscar na antropologia uma variável de análise, é para compreender que existem regiões que são vernaculares: a isso relacionamos o espaço geográfico e os modos de vida. As condições em que os seres humanos se adaptaram a esta realidade de acessos condicionados pelos rios, de casas em área de várzea, em estruturas de madeira, de comunidade no sentido de proximidade, de manutenção de elos entre campo e cidade em renda e hábitos, são fatores a considerar no planejamento urbano e regional.

Apesar da importância dos marcos regulatórios, como o Estatuto da Cidade, que trouxe a legitimação da gestão democrática, da elaboração dos planos diretores que são documentos legais de planejamento descentralizado, das diversas conquistas de movimentos da Reforma Urbana, estes devem ser flexíveis às realidades. Essas realidades se tornam “espaços opacos” no território nacional, dada a sua peculiaridade versus um modo metropolitano de governar. Não é, aqui,

considerar como uma região exótica, mas como uma diversidade dentro da unidade nacional, que apresenta relações e tempos que ocorrem simultaneamente, seja com o mundo exterior, seja interno.

Assim, a busca de um modelo cívico que contemple a recuperação da cultura e pelo qual o cidadão tenha apreço, considera que o modelo econômico não é capaz de, isoladamente, ser suficiente para os grandes problemas da nação, incluindo, as desigualdades regionais. Pois “a sociedade é mais que economia” (SANTOS, 2014c, p. 121) e suas instâncias produtivas, em que se incluem a circulação, a distribuição e o consumo, e não serão operacionais se, neste conjunto, outras entidades não forem consideradas como forças ativas, das quais a dinâmica local e suas organizações formais e informais fazem parte.

Marshall Sahlins, neste sentido, discutiu o conceito de indigenização da modernidade, ao afirmar que diante da universalização que o fenômeno da globalização parece produzir na sociedade, a cultura não é um objeto em extinção, uma vez que ela denota os valores e significados das pessoas e relações que povoam a existência humana, e que ela não existe para diferenciar os povos como marcador de exclusão pelo seu *ethos*, mas sim, para distinguir sua identidade pelos seus marcadores diacríticos, ou seja, o que serve para distinguir na construção da identidade local (SAHLINS, 1997a). São novas distinções que marcam as cidades que não completam o processo de homogeneização capitalista mundial e que as condições locais conseguem se “impor” na conjuntura econômica – fato a considerar nas cidades ribeirinhas da Amazônia.

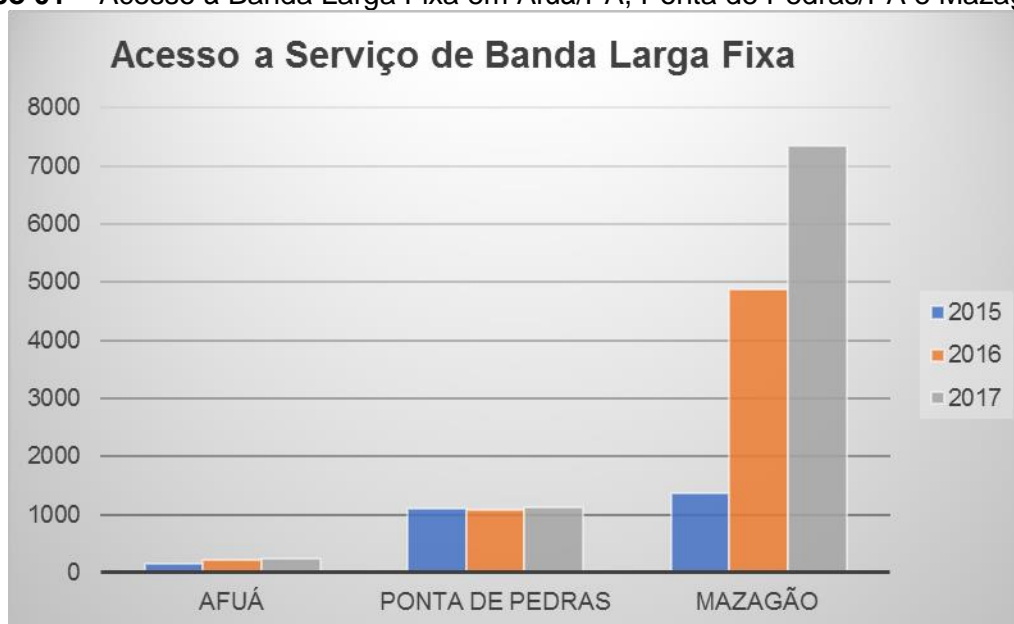
Consideremos esta discussão a respeito destes espaços ribeirurbanos. Primeiro, não são locais com povos exóticos, muito menos há uma ideia de alteridade semelhante à concepção de raça. Segundo, é entender que existem regiões vernaculares em um território nacional. A ideia de nação engloba uma universalização das pessoas, dos costumes, da organização espacial e dos acessos. Contudo, existem variedades no território, uma diversidade dentro da unidade.

Nesta discussão, tomemos como exemplo a relação destas cidades ribeirinhas com elementos da modernidade que são globalizadores, como tecnologias das comunicações, entre as quais os celulares e o acesso à internet. Em Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão, mesmo diante de dificuldades locais de acessos a necessidades básicas, a população, dentro do âmbito municipal, é consumidora de tecnologia, seja banda larga fixa ou TV por assinatura (gráfico 1 e 2).

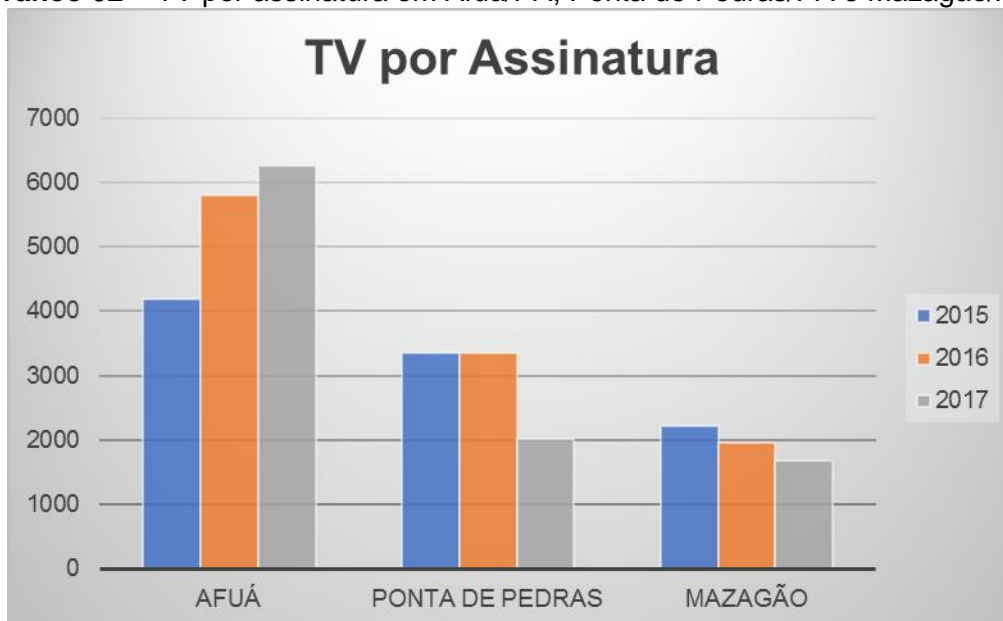
Mazagão destaca-se por ter mais usuários de banda larga, Afuá por mais usuários de TV por assinatura, enquanto Ponta de Pedras parece ficar sempre em um nível intermediário, comparativamente. Estes espaços ribeirurbanos são atraídos por uma urbanização do consumo, em meio à falta de infraestrutura que estas cidades oferecem à população. As cidades passaram a ter acesso à internet e sinal de celular na primeira década do século XXI.

Ainda que os números não sejam expressivos, esta é uma realidade destas pequenas cidades, pela dificuldade de acessos e poucos consumidores a ponto de atraírem as empresas de telecomunicações. Ainda assim, são elementos presentes na paisagem destas cidades, como, por exemplo, as antenas de TV por assinatura nas casas de palafitas.

Gráfico 01 – Acesso à Banda Larga Fixa em Afuá/PA, Ponta de Pedras/PA e Mazagão/AP.



Fonte: Ministério das Telecomunicações, 2018

Gráfico 02 – TV por assinatura em Afuá/PA, Ponta de Pedras/PA e Mazagão/AP.

Fonte: Ministério das Telecomunicações, 2018

O celular é um elemento notório no dia a dia destas cidades, algo muito mais notado em Afuá e Ponta de Pedras. Montoia (2010) apontou a presença destes objetos e de *lan house*, como também é percebido em Afuá. Contudo, o que se quer afirmar aqui é que existe a presença do meio técnico-científico-informacional, ainda que de maneira tímida, mas, bem recebido nestas realidades, o que denota uma aquisição da modernidade nos seus objetos de consumo tecnológicos. Lima (2017) apresentou, por exemplo, o uso da internet na cidade de Ponta de Pedras/PA, que, apesar de muitos não possuírem, a utilidade é significativa para estudos (38%) e, na ausência deste serviço em suas casas, usam a *lan house* (41%).

Apesar da ausência de dados comparativos nesta temática com as outras cidades, reportagens apontam essa significativa aquisição da modernidade em Afuá/PA (figura 3).

Obviamente, a indigenização da modernidade não é restritiva aos usos de elementos globais, produzidos em uma sociedade capitalista ocidental. O que apresentamos foi apenas um exemplo ilustrativo, que acreditamos ser uma realidade *operacional* deste conceito. Este conceito, apresentado por Marshal Sahlins, é sobre o modo de vida de povos tradicionais, aliado ao sistema capitalista mundial do mundo ocidental, sobre como se dá o contato com a modernidade e o reforço da própria identidade.

Figura 03 – O Uso do Celular em Afuá/PA



Fonte: Portal G1, 2018

A indigenização da modernidade é uma crítica contra o pensamento a respeito da cultura como um objeto de pesquisa em extinção, diante da homogeneização cultural imposta pela sociedade capitalista ocidental, inclusive na imposição de seus valores culturais, econômicos, religiosos, sobre povos colonizados. O autor realizou uma crítica contra aqueles que afirmaram que outros povos estavam no fim de sua cultura, com a visão global homogeneizadora (SAHLINS, 1997a/b).

E como podemos trabalhar este conceito com as cidades ribeirinhas da Amazônia, de maneira mais aprofundada? A respeito do fenômeno da urbanização, Sahlins (1997b) aponta que havia um pressuposto geral, das ciências sociais, de que a “urbanização necessariamente dá fim à ‘idiota da vida rural’, como teria ocorrido no início da Europa moderna” (SAHLINS 1997b, p. 112). O campo era visto como estágio inicial de modo de vida e a cidade como estágio final.

Nas cidades ribeirinhas da Amazônia, como os exemplos de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão, muitos elementos indicam a presença de uma indigenização da modernidade, não como se estas populações fossem, de certa maneira, grupos étnicos separados e submetidos a um processo de colonização que, agora, levou seus modos tradicionais a sucumbirem. É necessário levar em conta o que mesmo Wagley considerou (1957, p. 57), ao afirmar que “as instituições jurídicas e políticas,

o sistema educativo, a religião tradicional e muitos outros aspectos da sociedade de Itá são os mesmos da nação da qual Itá é apenas uma pequena parte insignificante”, isto é, formam um todo da nação brasileira.

Consequente, o autor ainda reforça, em 1957, que o caboclo vinha se aproximando da vida regional e nacional, como um cidadão de um Estado Nacional e sua cultura, como uma variedade de uma cultura nacional (WAGLEY, 1957, p. 68). O caboclo é parte integrante da sociedade brasileira formada, basicamente, por europeus, africanos e indígenas, dos quais ele é resultado de miscigenização. Contudo, Oliveira (2006, p. 27) afirmou que existem traços do caboclo que “teimam” em permanecer neste meio urbano:

[...] que nessas pequenas cidades estão as raízes caboclas fincadas no chão, preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, que são as dimensões simbólicas de uma cultura que teima em permanecer.

E o que mais pode constituir a indigenização da modernidade dos povos ribeirinhos? É o que denominamos de ribeirurbano, uma configuração de uma identidade local, senão regional. Esse modo de vida que permanece, em meio às transformações sociais, essa vida que carrega em si laços de um modo de vida rural, no interior destes municípios transpostos para os espaços urbanos, seja na própria construção de sua casa, seja na aquisição de renda não mercantil, seja na identificação com os elementos que o compõem e que, sempre, buscam para si esta identidade, que, apesar de incompleta diante do todo nacional, o distingue em relação a este todo.

O Desafio das Políticas Públicas e as Regiões Vernaculares

São nestes espaços que ocorrem as políticas públicas pensadas para todo o país. Trata-se de uma região marcada por interesses internacionais em recursos primários, por projetos de colonização induzidos pelo Governo Federal (GF), sendo frágil frente aos problemas econômicos, como suas cidades, sempre foram reconhecidas como um local de carência e que, então, necessitavam de projetos indutores de desenvolvimento.

É neste contexto de carência que se constrói a base das políticas públicas para o local, pois nisto reside o pensamento de “desenvolvimento”, que implica os moldes sudestinos. Dessa maneira, este outro Brasil, em que se configura a região, é ignorado diante de necessidades que deveriam ser ouvidas. Santos (2014c, p. 147) aponta que as populações locais devem ter o direito à palavra, isto é, uma voz

regional de apelo à realidade específica. O autor ainda defende a noção de câmaras regionais representativas e de uma regulação da vida regional.

Estruturas de poder nas relações do Estado levaram à região um planejamento visto, de certa forma, “de fora para dentro”. Carregado de uma ideologia de desenvolvimento metropolitana e como área de recursos para o Eixo Rio-São Paulo, o Estado brasileiro, então, aplicou suas políticas públicas em uma visão externa à local. Desta maneira, o fracasso continua iminente, pois, apesar de obras ocorrerem, a realidade de carências não muda – isso gera mais pobreza.

Ao reconhecer que o país é dotado de regiões vernaculares, como estas cidades ribeirinhas, acreditamos então que o Estado pode trabalhar de “dentro para fora”. Não é um caminho fácil, pois vai encontrar microestruturas de poder presentes nesta sociedade, que também é iníqua. Todavia, repetir o discurso depreciativo de subdesenvolvimento devido às condições naturais é uma visão determinista, que não enxerga possibilidades.

Mas o desenvolvimento de regiões vernaculares (figura 4) é uma proposta de possibilidades mais próximas ao local. É a compreensão de que o Estado Nacional é composto por estas regiões (A+B+C) e que estas regiões também são dotadas de uma microestrutura. Por exemplo, “A” é formado por uma realidade que, primeiro, é geográfica. Significa que está em um lugar dotado de realidades socioespaciais, desde os aspectos físicos às relações sociais. Essas têm um grupo dominante, seja em aspectos políticos ou econômicos e grupos não-dominantes, pois não significam fator de subordinação. Neste constante jogo de estrutura de poder e luta de classes, emergem lideranças destes outros grupos.

O que estamos sugerindo é a implantação de um verdadeiro planejamento estratégico, em que as realidades locais sejam um ponto de partida para o raciocínio dos administradores, e não apenas o lugar de ações desencontradas e, por isso mesmo, estruturalmente ineficazes (SANTOS, 2014d, p. 146).

Todavia, não é também negar a responsabilidade do Estado ou deixar de lado as conquistas sociais nos movimentos de reforma urbana, de desenvolvimento social, ou desprezar os programas de transferência de renda, ou uma aquisição de unidade básica de saúde, como constatamos nestas localidades (MONTAIA, 2018). É compreender a complementaridade, a relação dialética entre o regional e o nacional, entre o local, o modo de vida urbano/rio/floresta e os recursos tais como para as regiões metropolitanas, considerando suas devidas proporções.

Figura 04 – Regiões Vernaculares



Fonte: Elaborado pelo autor

Milton Santos (2014), em sua obra “Espaço do Cidadão”, aponta uma proposta que corrobora com as realidades regionais, ao analisar que é necessário um pacto territorial que não seja apenas funcional, agravando estas realidades como espaços opacos (SANTOS E SILVEIRA, 2004, p. 264). O Estado deve promover ações que respeitem horizontes do longo e curto prazo, com papéis da União, dos estados e municípios bem definidos, em que o horizonte curto, que é a adaptação cotidiana a fim de eliminar os desajustes, permanece a cargo dos municípios, para dar fim a este equívoco em que a lógica hegemônica do Estado e das grandes firmas tem imposto um cotidiano cego (SANTOS, 2014).

É necessário, segundo o autor (SANTOS, 2014c) o estabelecimento de fixos públicos fora da lógica do mercado, que funciona com a demanda da lei da oferta e da procura. Princípios sociais devem ser a base destes fixos públicos, que podem ser minimizados pelas distâncias, os mais imediatos aproximados e os de uso eventuais podem ser regionalizados, considerando que um serviço não poderá deixar de ocorrer pela falta de recursos e muito menos os grupos sociais ficarão abandonados devido à distância.

Esta proposta, fortalecida pelo autor, é a de que a cidadania concreta é aquela ligada à questão territorial, pois as desigualdades sociais, são, na verdade, desigualdades territoriais, considerando-se que o cidadão é indivíduo de um lugar. Este novo modelo cívico, que subordinaria todas as opções nacionais, incluindo o modelo econômico, é aquele que faz do homem “um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo”.

Considerações Finais

As cidades ribeirinhas do Delta do Rio Amazonas, como Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão, possuem aspectos singulares importantes para compreender suas realidades. A construção do conceito de ribeirurbano, já apontado em outros trabalhos (MONTAIA, 2018; MONTAIA & COSTA 2019), as redes de solidariedade estabelecida pelas suas populações, a aquisição de elementos da modernidade, a sua maneira, são variáveis necessárias na construção de políticas públicas e programas de investimentos para estas localidades, que, enfim, podem mudar a lógica de baseada em carências, extrativismo e sustentabilidade para uma nova mentalidade que permita vislumbrar possibilidades por meio da concepção de território, cultura, redes sociais e urbanidade.

É a proposta a partir do pensamento de Milton Santos que insiste em apresentar um novo modelo cívico para o país, no qual o território seja levado em consideração no lugar de uma lógica economicista que ignora cultura, religiosidade e regionalidade. É entender que direitos sociais são direitos territoriais, e que as políticas públicas não podem ser desenvolvidas em uma lógica de mercado, pois, se assim continuar, estas cidades continuarão sendo espaços opacos, visto que não atendem a demanda de mercado consumidor se compararmos com a costa leste do país, local onde habita a maioria dos brasileiros.

É como se o modo de viver urbano não existisse ali, uma vez que não segue padrão metropolitano brasileiro. A incompreensão desta realidade, em que indivíduos e espaço físico apresentam um movimento diferenciado, comparado ao do Centro-Sul do país, contribui ainda mais para a propagação de falhas na elaboração e execução de políticas públicas estabelecidas nestes locais, já demonstrados em vários estudos sobre o Delta (MONTAIA, 2010; RANGEL, 2011; VALOTA, 2015; CARMO, 2016; LIMA, 2017; MONTAIA, 2018; RANGEL, 2019).

Estas cidades-rio, com dinâmicas urbanas influenciadas pelos movimentos das marés, presença marcante da natureza com seus rios abundantes e floresta exuberante, com um padrão urbano ribeirinho, expresso em um modo de vida urbano/rio/floresta formadas por sujeitos sociais, que, apesar de demonstrar bem sua cultura regional, é parte de uma composição plural da cultura nacional e não devem ser tratadas como uma generalidade do urbano metropolitano do país, ou mesmo do urbano das pequenas cidades.

É necessário reconsiderar as políticas públicas territoriais para a Amazônia, é necessário redescobrir a política regional para as cidades ribeirinhas, pois, todas as vezes que tomamos a Amazônia como lugar de recurso, a vida que anima esta realidade sofre as sequelas de um economicismo externo. Assim, estamos mantendo a história da região de exploração das drogas do sertão para os colonizadores, de exploração da borracha para os governos imperialistas do século XIX, de recursos da floresta para as multinacionais do século XX, e transnacionais do século XXI, que se alimentam da visão determinista sobre o território, e coronelista, nas relações políticas dominantes permanentes.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel; *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. Tradução Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- BECKER, B. *A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008
- CARMO, M. B. S. *A singularidade do urbano de Barcarena, como cidade ribeirinha da região Amazônica (Dissertação de mestrado)*. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2015
- COSTA, Sandra M F; MONTAIA, G.R.M; RANGEL, J.A.; LIMA, V.M.; ISSA, P. *Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbanos e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras*. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 - 74, maio/ago 2012
- CRUZ, Valter do Carmo. *O rio como espaço de referencia identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia*. In: *Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr e Maria Goretti da Costa Tavares (orgs). Belém: EDUFPA. 2008.
- FRESCA, T. M. *A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista*. 1990. 282 f. *Dissertação (Mestrado em Geografia)* - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1990.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017
- LIMA, Viviana Mendes. *Globalização e saúde na Amazônia: um estudo de uma pequena cidade – Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, Pará*. Tese de Doutorado. Programa de Saúde Global. Faculdade da Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 2017.
- MONTAIA, Gustavo Rodrigo Milaré. *Planejamento participativo em pequenas cidades da Amazônia: um estudo de caso no município de Ponta de Pedras – PA*. *Dissertação*. São José dos Campos: UNIVAP, 2010.

MONTAIA, G. R. M. As escalas decisórias das políticas públicas e dos programas de investimento e a repercussão no local: Um estudo das pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas. São José dos Campos, 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2018.

MONTAIA, Gustavo Rodrigo Milaré; DA COSTA, Sandra Maria Fonseca. O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 22, n. 2, set. 2019. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6547> . Acesso em: 19 dez. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v22i2.6547>.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 58, n. 3, Sept. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013&lng=en&nrm=iso Acesso em: 10 June 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir. A produção da cidade na Amazônia: Tempos e Espaços de Ações e Reações. In: SPÓSITO, Elisei Sáverio ... [et al]. *A Diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

PRESSLER, Neusa. Econegócios e Cooperação Internacional: Novos Discursos Sobre a Amazônia. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

RANGEL, Jobair Assis. O Programa “Minha Casa, Minha Vida” e Seus Desdobramentos no Local: Um Estudo da Pequena Cidade de Ponta de Pedras, Pará. Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa. Universidade do Vale do Paraíba: São José dos Campos, 2011.

RANGEL, Jobair Assis. A Reprodução Contemporânea do Atraso nas Pequenas Cidades Estuarinas do Delta do Rio Amazonas: Políticas Habitacionais e a Negação do Direito à Cidade. Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade do Vale do Paraíba: São José dos Campos, 2019

SAHLINS, Marshall (a). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana* [online]. 1997, vol.3, n.1, pp. 41-73.

SAHLINS, Marshall (b). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana* [online]. 1997, vol.3, n.2, pp. 103-150.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

SANTOS, MILTON. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Trad. Myrna T. R. Viana. 2 ed, 1 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. 6 ed. 2 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 (a).

SANTOS, M. Da Totalidade ao Lugar. 1 ed., 3 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. (b)

SANTOS, MILTON. O Espaço do Cidadão. 7. Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2014 (c)

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TRINDADE JR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA. 2008

TRINDADE JR, S. C. LAÇOS & NÓS: DINÂMICAS SUB-REGIONAIS E INTERFACES CIDADERIO NA AMAZÔNIA. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-16

TRINDADE JR. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. Paper do NAEA 321, Dezembro de 2013.

VALOTA, Ed Carlos dos Santos. Sociedade e natureza: análise da paisagem e da ocupação urbana em ambiente de várzea no bairro de uma pequena cidade do Estuário Amazônico: Ponta de Pedras – PA. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2015.

SCHOR, Tatiana (Org.). Dinâmica Urbana da Amazônia Brasileira. Manaus: Editora Valer, 2014.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 1ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Sandra Maria Fonseca da Costa – Coleta de dados, Análise de dados, elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Essa pesquisa foi financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), por meio do projeto 2016/25979-8, e pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), por meio da bolsa de produtividade 2018-2021.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Foram realizadas entrevistas com agentes públicos e aplicados formulários aos moradores urbanos, procedimentos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba, processos nº 0 H37/CEP2010, nº 17300213.9.0000.5503 e nº 69815317.8.0000.5503.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 15-01-2020

Aprovado em: 21-04-2020